

**CIRO DE OLIVEIRA
BEZERRA**

debulhando o complexo da
modernidade com a economia
política e a teoria social

Economista,
professor da Ufal e
coordenador do
Programa Políticas
Públicas, Educação
do Campo e
Desenvolvimento
Agrário

RESUMO

Em que campo do conhecimento se insere a Ciência Econômica, no das Ciências Exatas ou das Ciências Humanas? Apesar da resposta, esse debate se instaurou com a repercussão da publicação de *O Capital*, de Marx. Sem dúvida, o resultado desse confronto tem afirmado a sacralização do positivismo e da matematização. Diante deste fato, este trabalho não tratará dos porquês nele implicados. Pretende, tão somente, reafirmar a validade das bases teóricas da “crítica da economia política” na contemporaneidade, conferir a essas bases o mesmo estatuto conferido as teorias sociais de Weber e Habermas, na análise da modernidade.

PALAVRAS-CHAVE

Modernidade. Mercado. Racionalidade econômica.

ABSTRACT

In which school of thought does one put Economics, Pure Science or Human Sciences? To answer this question a debate began in the wake of the repercussions caused by Marx's publication *Das Kapital*. Without a doubt the result of this confrontation has affirmed the sacred place of positivism and mathematical thought. In view of this fact, this work won't touch on the reasons why this has happened. It simply plans to reaffirm the validity of the theoretical bases in the contemporary “critique of political economy”, conferring to these bases the same importance given to the social theories of Weber and Habermas in the analysis of modernity.

KEY WORDS

Modernity. Market place. Economic Rationality.

INTRODUÇÃO

O mercado, síntese abstrata de diversos mercados concretos, eivado de muitas determinações, com sua institucionalidade e racionalidade, é um eixo que entrelaça agentes econômicos e atores sociais na modernidade. Forja uma complexa rede socioinstitucional, sem começo nem fim, em uma funcionalidade que articula diversos complexos sociais responsáveis por consequências e resultados que afetam a vida e o planeta. O mercado, querendo ou não, envolve, na contemporaneidade, a totalidade complexa do ser social, daí a sua relevância (MAGUENAUER & COLS, 1984).

O entendimento do mercado como eixo ou ponto de ligação do complexo de complexos é uma possível conceituação da dinâmica dos mercados, não a única. Há aqueles que compreendem o mercado como regulador social e, portanto, que deva orientar por este seu caráter, a distribuição do poder e das riquezas. A razão é relativamente simples: sua neutralidade em beneficiar este ou aquele agente e ator é incontestável. Para essa interpretação, o mercado é imparcial, não tem desejo ou ideologia.

Quais as implicações dessas interpretações na contemporaneidade? O que deve ser enfatizado e esclarecido dessas perspectivas em relação ao projeto emancipatório posto pela modernidade? Acreditamos que a “crítica da economia política” e a teoria social ofereçam muitas possibilidades para enfrentarmos essas problemáticas caso procuremos pontos de convergência entre elas. Mesmo que ora uma se mostre mais relevante que a outra, mais propícia a abordagem do que está em foco na investigação. Achamos a aproximação desses campos do conhecimento promissora, nos ajudará a alcançar visões e percepções seminais.

Vejamos então se o que se propõe é razoável. Começamos por analisar as relações entre *Mercado e Modernidade*. Embora, nesta seção, predomine o aporte da “crítica à economia política”, aos poucos, ela vai cedendo espaço para a teoria social. Na verdade, procuramos demonstrar, neste artigo, que a própria “crítica” é uma teoria social. Não sei se conseguimos fazê-lo, mas foi nossa intenção. Em *As racionalidades na modernidade: Weber e Habermas*, já não se percebe com nitidez as diferenças entre uma e outra. Aqui as categorias da “crítica” e da teoria social se fusionam, jogando luzes sobre o que se quer tornar visível: a natureza e os conflitos entre as racionalidades na modernidade. Preparamos, então, um momento de refle-

xão para avaliarmos a interpenetração entre esses dois campos que se propõem a teorizar o ser social. Sem deixar Weber de lado, o diálogo aqui se concentra na noção de *Trabalho humano* da “crítica” e a noção de *Ação comunicativa* de Habermas. Coube-nos, nesta seção, indagar e inquirir nossos interlocutores acerca das dúvidas e possibilidades, tendo em vista nossa interpretação. Com essa inquirição, sentimos a necessidade de adentrar mais profundamente na teoria da ação comunicativa. Identificar alguns elementos constitutivos foi nossa intenção. Dada a complexidade de compreender essa teoria, que apenas é superada com a leitura da obra, nos propusemos a realizar apenas um pequeno *Esboço da teoria do agir comunicativo*. Apesar de acharmos insuficiente, o fizemos. Esse *Esboço* fêz-se necessário porque ele amplia a compreensão de Habermas sobre a *Modernidade*. E essa compreensão está relacionada com duas críticas fundamentais de seus escritos: *Crítica a Sociedade Moderna* e *Crítica a Filosofia do Sujeito*.

Assim, procedendo com este itinerário, queremos contribuir, sabendo que ainda é pouco, com outros pesquisadores, na intenção de *debulhar o complexo da modernidade*; mas assumindo novos desafios teóricos, como a realidade nos exige.

MERCADO E MODERNIDADE

O mercado quando entendido como eixo de ligação reconhece que a reprodução da existência do ser social é histórica, possível de ser orientada e controlada pelos produtores. Por outro lado, o entendimento do mercado como o mais adequado e legítimo regulador da sociedade remete à hipótese de ser a reprodução do sistema mercantil decorrência da lei natural (“mão invisível”, forças do mercado, leis internas, mecanismos automáticos, escolha racional, entre outros) e, por este fato, não deve sofrer qualquer tipo de controle e interferência externa, como a do Estado, uma vez que esta poderia perturbar as suas potencialidades reguladoras e a sua capacidade de atingir o equilíbrio por meio dos mecanismos automáticos que dispõe. Mercado e Estado são vistos como complexidades que operam sociabilidades distintas e antagônicas.

A primeira perspectiva leva à politização do debate enquanto a segunda supõe o mercado como um complexo autônomo, independente da história e dos conflitos sociais. A estes, o mercado estaria imune.

Independente das razões e justificativas que influenciam o nosso posicionamento, o fato é que as forças do mercado, com seus dispositivos e componentes (sistemas de preços, concorrência, demanda e oferta, acumulação de capital, entre outros), têm comandado, na modernidade, a complexa trama do ser social, movimentada pela mercadorização nos complexos sociais.

Nossa tese é que a definição neoclássica de economia de mercado é demasiadamente simplista para apreender essa mercadorização. A lógica do mercado funda um tipo de *societá e/ou humanitá* mercantil acoplando a si o universo de práticas sociais vividas cotidianamente pelas pessoas, estejam elas ligadas diretamente ou não a essa lógica.

Muitos dos sentimentos e sentidos da modernidade, a “vida ativa moderna” (ARENDE, 1991), por exemplo, confunde-se com as práticas mercantis. A vida ativa pulsa movida por elas. Ora, as práticas mercantis emergiram historicamente de uma complexidade singular, da dinâmica das necessidades vitais. No entanto, essa dinâmica acabou sendo subsumida à reprodução sociometabólica do capital. Eis o problema que se põe.

Na produção e representação da sociedade moderna, quando e onde o mercado configura-se legitimamente como complexo hegemônico da regulação social, emerge com ele uma institucionalidade jurídica fundada em leis e normas que, na história do mundo dos humanos, assume a força de convenção social e, por conseguinte, naturalização.

Com essa naturalização, o mercado não apenas se apropriou de um território social, mas o expandiu desmesuradamente. E, desde então, passou a reproduzir a modernidade, visando facilitar o intercâmbio. O mercado é o território onde ocorre a “trocabilidade universal” (MÉSZÁROS, 1981). Com esta, ele medeia os complexos sociais. Esse território é o território, *por excelência*, do Capital, que partindo de um equivalente geral, consegue plasmar e colonizar, a partir de centros de poder – do Estado, dos grandes conglomerados industriais, financeiros e comerciais, por exemplo, os núcleos duros do sistema capitalista – todos os mundos, inclusive o “mundo da vida”¹.

¹ Como demonstrou Marx no Volume 1 de *O Capital*, o conteúdo deste equivalente geral é a valorização do capital, que não há como se realizar se não universalizar o valor de troca. Essa valorização envolve todas as mercadorias, principalmente a força de trabalho.

A dinâmica do mercado pressupõe a trinca funcionalidade, institucionalidade e racionalidade. Ela o tornou tão legítimo na sociedade moderna que podemos situá-la como marco histórico de referência entre o mundo pré-moderno e a modernidade. Quando unidas e articuladas nos mercados funcionalidade, institucionalidade e racionalidade conseguem resolver a regularidade dos fluxos de abastecimento das cidades modernas. Ora, a cidade é um “complexo de complexos”; lugar onde são reproduzidos diversos complexos sociais e, por esta via, processa-se a humanização do ser humano.

Como mediação que plasma e vincula os nexos societais, o mercado passou a reger a quase totalidade dos complexos, configurando a formação social capitalista. Envolvendo, inclusive, complexos sociais não propriamente capitalistas.

O mercado criou uma sensação cultural onde o tempo sócio-histórico imprime, em sentido radical, a volatilidade da vida humana porque volatiliza o que a mobiliza: a produção, a distribuição e o consumo. De acordo com Marx, a protoforma do ser social é o trabalho socialmente necessário e, segundo Freud, o inconsciente. Este é mediado socialmente pelo objeto de desejo que, por sua vez, condiciona a dinâmica das pulsões criativas e destrutivas do ser humano. Com Marx e Freud, podemos observar que o mercado incide no social e no psicológico, na interiorização e exteriorização do ser humano porque unta economia e cultura. Nos termos da “crítica da economia política”: as formas sociais são exteriorizações das relações sociais de produção da existência, formas de ser do humano, historicamente determinadas.

Contudo, o mercado não perdeu totalmente o sentido positivo de laço social. O mercado mobiliza uma totalidade social que não pode simplesmente ser eliminada *in totum*. O que significaria eliminar diversos complexos sociais que determinam a existência de pessoas, grupos e classes: onde termina o campo de um complexo, inicia-se o campo de outros complexos, em uma ramificação infinita a construir a totalidade complexa do ser social. E entre cada complexo de complexos interpõe-se o mercado ligando-os dinamicamente (MAGUENAUER & COLS, 1984).

Com essa representação, procuro delinear a importância do(s) mercado(s) como fluxo(s) de mediações que ligam os complexos sociais entre si à reprodução ampliada do capital. Com isto, construímos

idealmente a representação abstrata do mercado como complexo do ser social. É isto que compreendemos como modernidade capitalista.

Se o mercado funciona como ligadura das interações inter-complexos podemos tirar algumas conclusões sobre as estratégias políticas entre Nações.

Quanto mais desenvolvidos os mercados nacionais de uma sociedade mais compactos são os traços culturais de nossas cidades. Construídas sobre a lógica de reprodução sociometabólica do capital, edifícios são erigidos em centros urbanos, marcando a especificidade de cada realidade social, na diversidade dos contextos do modo de produção.

Atendo-se apenas à modernidade, onde os mercados, sob o metabolismo do capital, impuseram sua forma hegemônica, cabe recordar algumas características de seu funcionamento; posto que, no fim da Idade Média, com a consolidação da divisão internacional do trabalho, o mercado passou a se apresentar como uma força histórica e como uma consequência dramática à Idade Média, anuncia uma racionalidade que destruirá a institucionalidade e a funcionalidade tradicionais (MARX, sd² e HABERMAS, 1984).

O dinheiro, a trinca moderna: institucionalidade, funcionalidade e racionalidade, a organização capitalista do trabalho, o contrato social, o trabalhador livre são alguns dos componentes mais importantes da consolidação do mercado, constructos da ordem social capitalista, que suplantaram a imbricação da trinca feudal, que até então legitimava a ordem social tradicional.

A funcionalidade do mercado e a sua dinâmica (a apropriação privada do lucro, a acumulação e a concentração de riquezas, a reprodução ampliada do capital) subverteram inclusive as formulações de Locke na interpretação de Macpherson (1979). Os pressupostos lockeanos revelam-se ambíguos em relação ao problema da legitimidade da propriedade no Segundo Tratado do Governo Civil (LOCKE, 1978). Primeiro, aparecendo com sentido amplo, como sendo “vida, bens, capacidade de trabalho e terra”, pois Locke tinha em mente a necessidade de limitar a posse da propriedade, por consistirem as terras em um bem comum doado por Deus e em função da lei da suficiência, que

² sdp – sem data de publicação.

diz ser de cada um o direito natural de se apropriar de tudo quanto puder desde que sobre o bastante para os outros. O desperdício consiste para Locke em uma depravação da Lei Natural (MACPHERSON, 1979).

Esse significado de propriedade persistiu até o dinheiro se transformar em capital (D-M-D'), um meio de compor as formas necessárias e suficientes de capital para gerar um ciclo e rotação contínua de reprodução ampliada de riquezas. O fato de o dinheiro não se deteriorar subverteu o significado de propriedade; a partir de então, aqueles que não fossem capazes de se apropriar de recursos monetários o suficiente para satisfazer suas necessidades poderiam vender a sua capacidade de trabalho, e aqueles que possuíssem os meios de produção passariam a ser benevolentes pelo fato de empregá-los como assalariados.

A justificativa de Locke para essa mudança de atitude encontra-se no fato de o dinheiro não se deteriorar e dissipar os limites da apropriação pelo trabalho. O que legitima a reprodução sociometabólica do capital.

Com o dinheiro, o proprietário poderia pagar um salário àqueles destituídos de propriedade, pois apesar de Deus ter concedido a todos a capacidade de trabalho e ter reservado um território para cada um extrair a sua subsistência, apesar do pressuposto de que tudo o que o trabalhador produz com suas mãos deva lhe pertencer, Locke afirma que apenas os proprietários são dotados de razão e que o contrato ou estado social trouxe do estado natural a aceitação tácita da propriedade, sendo essa aceitação o princípio organizador da sociedade civil e dos seus critérios de organização, como são os diversos tipos de contrato. Assim, o critério de diferenciação social passou a ser a razão e não apenas o trabalho e, como a razão é estabelecida pelo pacto social, fica vedado a qualquer indivíduo modificá-lo (MACPHERSON, 1979).

O salário para Locke é uma compensação aos destituídos de razão e propriedade; e procedendo por compensação, os proprietários estariam ajudando aos despossuídos e mantendo os princípios da lei natural.

O mercado, sob o metabolismo do capital, foi mais longe, além de criar um equivalente geral, facilitador do intercâmbio, impulsionou o progresso dos meios de transportes, comunicações e interligou os mercados nacionais criando o mercado mundial.

Ao estabelecer as relações entre produtor e consumidor, por meio da concorrência, refuncionalizou o sentido de propriedade, suplantando

do o sentido solidário pelo mercantil; e impôs nessa mudança a racionalidade capitalística baseada na acumulação cada vez mais intensa e extensa de capital.

Após afirmar-se a máxima capitalista que a industrialização é o motor da prosperidade social, a sociedade passou a ser orientada pelos ganhos de produtividade, e as firmas passaram a combinar os recursos disponíveis (tecnologia, recursos naturais e trabalho), visando estrategicamente essa finalidade.

A partir de então, a base técnica de produção passou a ser continuamente reinventada, assim como a organização do trabalho (BRAVERMAN, 1987).

Por outro lado, a tendência da modernidade foi cada vez mais a de monopolizar as suas atividades econômicas e concentrar o capital, e com isso enfrentar periodicamente crises cíclicas de superproduções responsáveis por Guerras e Depressões (MARX, 1980).

Dessa maneira, foi-se tipificando a sociabilidade capitalista, orientada por um tipo específico de racionalidade baseada na “ação econômica” voltada para o lucro e a produtividade (WEBER, 1985).

O mercado criou um ambiente específico, um ambiente que se caracteriza como moderno, “aquele que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça a destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos” (BERMAN, 1986, p. 15).

O mercado instaurou duas perspectivas interligadas e inseparáveis: o espírito schumpeteriano do empreendedor inovador, responsável pelas inovações tecnológicas (SCHUMPETER, 1982) e, por outro, a “fatalidade” da concorrência capitalista e suas consequências trágicas para a humanidade: crises e guerras; pois as crises, estas lhes são congênitas.

Assim como o mercado integra e unifica territórios e regiões a partir do processo de produção e circulação de mercadorias, como no processo de formação do “mercado nacional unificado” (OLIVEIRA, 1987), ele cria, para Berman, “a experiência ambiental da modernidade”, uma experiência que “anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classes e nacionalidades, de religião e ideologia”, uma experiência que “une a espécie humana” (BERMAN, 1986, p. 5).

Esses estudiosos da formação de mercados e da modernidade apontam também outra face dos nexos do ser social, neste contexto. Francisco de Oliveira (1981, 1987 e 1989) revela que a expansão dinâmica do mercado não se efetiva harmoniosamente sob os ciclos de expansão capitalista. Em suas reflexões sobre a reprodução das disparidades regionais ele demonstra como “o ciclo toma especialmente a forma de destruição das economias regionais ou das regiões. Esse movimento dialético destrói para concentrar, e capta o excedente das outras ‘regiões’ para centralizar o capital”, mas ressalva que tal destruição é aparente, pois não é senão uma das “formas da expansão em escala nacional” (OLIVEIRA, 1981, p. 76).

Por sua vez, Berman explora a contraditória unidade da modernidade, unidade que “nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia” (BERMAN, 1986, p. 15). Aqui, ele afirma:

Marx toca no sólido âmago institucional da modernidade. Antes de tudo, temos a emergência de um mercado mundial. À medida que se expande, absorve e destrói todos os mercados locais e regionais que toca. Produção e consumo – necessidades humanas – tornam-se cada vez mais internacionais e cosmopolitas. O âmbito dos desejos e reivindicações humanas se amplia muito além da capacidade das indústrias locais que entram em colapso (BERMAN, 1986, p.89 e 90).

Dentro do mesmo espírito, Berman também postula que

as disponibilidades, impulsos e talentos que o mercado pode aproveitar são pressionadas (quase sempre prematuramente) na direção do desenvolvimento e sugados até a exaustão; tudo o mais, em nós, tudo o mais que não é atraente para o mercado é reprimido de maneira drástica, ou se deteriora de uso, ou nunca tem uma chance real de se manifestar (*ibidem*, p. 95).

Ora, conclui Berman, “para constrangimento dos burgueses, eles não podem olhar de frente as estradas que abriram: as grandes e amplas perspectivas podem converter-se em abismos. Eles só podem continuar a desempenhar seu papel revolucionário se seguirem negando suas implicações últimas e suas profundidades” (*ibidem*, p. 92).

Mannheim vivenciando a agonia do capitalismo na primeira metade do século XX descreve o que o empresário não quer assumir como sendo de responsabilidade sua: a racionalidade que fomenta os contrastes sociais de riqueza e miséria no processo de industrialização.

La tecnología (diz ele), tanto económica como social, se ha desarrollado como instrumento para la busca y aumento del poder personal. El pionero capitalista, el industrial, el financiero y el inventor, son hijos del mismo espíritu. Todos buscaron el conocimiento o lo financiaron con vistas a la expansión y la explotación. Sólo les interessaba la naturaleza o el hombre en la medida en que prometían beneficios y poder; y sólo les interesaban otros países como mercados, colonia y bases militares. Como dice Lewis Mumford, salieron del horizonte amurallado de la ciudad medieval al mundo ilimitado, sólo para obtener rápidos beneficios, y nada les importaba el panorama devastado que dejaban tras ellos. Los frutos de su actividad devastadora fueron, entre otros, la destrucción de las costumbres tribales, el hambre, la tuberculosis y la erosión del suelo. El exclusivo afán de poder, el complejo neurótico de una época, más que un rasgo de carácter, destruye el equilibrio del mundo al mismo tiempo que perturba todo nuestro equilibrio mental. Las miserables barracas en los arrabales de nuestras ciudades, construídas sin consideración a las necesidades humanas, los rascacielos erigidos en el centro de las ciudades, no en respuesta a la necesidad económica, sino como fanales de pretigio y alarde de poder, son expresiones del mismo crecimiento maligno (MANNHEIM, 1953, p. 29).

Assim, apesar de todos os feitos do mercado capitalista, ele não pode superar o “mal estar da civilização” por não poder proporcionar “solidez e estabilidade”. Burgueses e proletários são subsumidos pelo “complexo neurótico de um ambiente” gerado pelo consumismo, onde apenas os primeiros “podem” realizar seus desejos e fantasias.

Dentro desse sentimento de fluidez, destruição e incertezas, a regulação da sociedade pelas forças do mercado e a crença no seu automatismo acabou perdendo legitimidade (LAFER, 1987; MANNHEIM, 1953) para a sua necessária regulação pelo Estado Moderno: o complexo de poder concentrado capaz de garantir a reprodução sociometabólica do capital; isto é, como terapeuta do “complexo neurótico”; entretanto, sem possibilidade de curá-lo definitivamente. O Estado funciona como sedativo do mercado.

Uma das alternativas que se apresentou à sociedade, à época de Mannheim, foi o planejamento estatal; hoje a alternativa tem se materializado nas políticas públicas.

Cumpre, então, discutir o conceito de racionalidade capitalista, pois a alternativa do planejamento e das políticas públicas só se torna válida se for possível apresentar outra racionalidade distinta da encontrada nos moldes capitalísticos.

Queremos frisar com isso que o problema não é da racionalidade em si, mas da racionalidade especificamente capitalista. Consequentemente, defendemos a hipótese, concordando com Habermas, que há diversas racionalidades em confronto na modernidade que levam a resultados distintos da racionalidade mercantil.

AS RACIONALIDADES NA MODERNIDADE – WEBER E HABERMAS

Preocupado em identificar a combinação de causas responsáveis pela universalização da cultura moderna, Weber encontra na força da racionalidade econômica a potência do capitalismo (WEBER, 1985). Racionalidade imanente aos mecanismos de mercado.

O traço característico daquilo que sociólogos (WEBER, 1985) e economistas (MANGUENAUER & COLS, 1984) chamam de mercado é dinamizado com a difusão de uma determinada racionalidade que resvala para diversos complexos sociais de caráter não propriamente econômicos.

Essa racionalidade se consubstancia no que Weber chama de “ação econômica capitalista”, ação baseada na “expectativa de lucro através da utilização das oportunidades de troca³” (WEBER, 1985, p. 4).

Interessa-nos apreender como, da ação econômica, essa racionalidade migra e encarna em outros tipos de ação, fecundando a maioria das atividades circunscritas à temporalidade do ser social moderno: aquelas que se realizam no tempo de trabalho e aquelas que se realizam no “tempo livre de trabalho” e não no trabalho livre ou assalariado.

Desse modo, a racionalidade econômica capitalista tem a tendência de subsumir e mesmo presidir as perspectivas de vida, os sentimentos ligados à esperança, às expectativas de êxito pessoal e coletivo, moldados capitalisticamente pelo caráter econômico, caráter determinado pelo sentido ilimitado de apropriação.

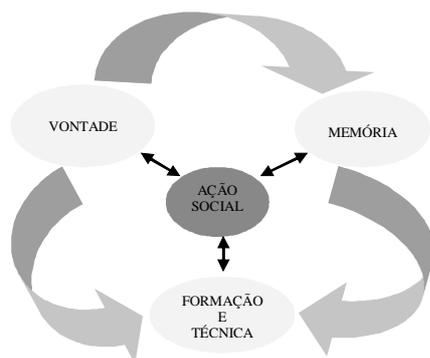
Veiculada pelas forças institucionais do mercado, principalmente pelos métodos e técnicas de organização racional do trabalho, a racionalidade econômica mobiliza um conjunto de formas de controle (MANNHEIM, 1953, p. 27), baseadas no cálculo probabilístico das ciências matemáticas e em uma lógica que é capaz de permitir-lhe ocupar espaços sociais cada vez mais amplos para impor uma cultura que fixe os valores na memória das pessoas.

Essas informações são conteúdos que dão sentido e justificam as ações fundadas em interesses, desejos e vontades pessoais. De tal maneira que as ações das pessoas se habituem a decidir e a agir sob tais critérios valorativos, ou critérios éticos, sem os quais o ser humano torna-se impotente e inamovível.

Tem-se assim, a seguinte lógica: para agir (ação social e vontade) o homem precisa de informações armazenadas em sua memória (memó-

³ Ou Weber discorda radicalmente das teses clássicas da Economia Política, o que é mais provável; ou desconhece este campo de conhecimento. É razoável admitir que ele tenha optado pela perspectiva dos economistas neoclássicos, como Carl Menger. Em sua obra *Metodologia das Ciências Sociais*, observa-se que o debate que ele trava com a Economia são, primeiro, problemas lógicos e não ontológicos. Segundo é com a “Economia Política Histórica”. São representantes dessa corrente econômica: Roscher, Knies, Wundt, entre outros. Ele desloca o foco da produção para a circulação. Claro que esse posicionamento é possível, embora esteja equivocado. A “expectativa de lucro” não é orientada pelas “oportunidades de troca”. Keynes, que não tem qualquer simpatia com a “crítica da economia política”, demonstrou, contra os neoclássicos, que a demanda pode ser induzida.

ria), grande parte dos conteúdos dessas informações representam valores, critérios éticos adquiridos nos processos de formação e socialização (formação e técnica), sem eles quebrar-se-iam as conexões entre os complexos do complexo. Esta visão pode ser representada no desenho a seguir.



Uma das lógicas mais importantes dessa racionalidade é a lógica das partidas dobradas desenvolvida pela contabilidade racional (WEBER, 1985). Entre outras lógicas, a lógica das partidas dobradas visa racionalizar os atos e os fatos das organizações, oferecem subsídios contábeis, administrativos e jurídicos às decisões da empresa moderna. No contexto da acumulação flexível, essas técnicas de controle utilizadas com a finalidade de registrar e avaliar o processo de valorização do capital são continuamente subsumidas às tecnologias.

A princípio, como diz Weber, são administradas pelos funcionários especializados que, nesse momento, dispõem de um grande poder; posteriormente, para segurança dos proprietários dos bens de capital, elas são incorporadas à tecnologia e administradas pelas máquinas.

Sobre o alicerce da racionalidade, erige-se a organização da sociedade moderna: a empresa capitalista, o trabalho livre, métodos racionais de trabalho e toda operacionalidade necessária à sua legitimação. Onde quer que se estabeleçam mercados, por meio do intercâmbio de mercadorias, mediados por um equivalente geral (OLIVEIRA, 1978), esta racionalidade se impõe.

Expande-se a racionalização econômica entre as práticas sociais, cobrindo a maior parte do universo do agir racional. Expansão mediada pelas

formas e métodos de organização, a princípio circunscritos ao mundo do trabalho para, em seguida, ganhar os complexos do mundo da vida, e os colonizar. O ser humano passa a organizar os seus mundos tendo como referência a organização e os métodos racionais do mundo do trabalho.

Integra-se, com as normas institucionais do mercado (os princípios, as diretrizes e as ideologias imanentes aos processos de produção, circulação e consumo) a racionalidade correspondente a essas normas.

Os complexos sociais que se dinamizam sob essa racionalização são vinculados organicamente a formas sócio-históricas do capitalismo: comerciantes, financistas, empreendedores, trabalhadores assalariados, formas impulsionadoras da ordem social capitalística racional assentada, segundo Weber, no trabalho livre assalariado.

Weber aponta uma relação de causalidade entre a organização racional e o controle dos processos de trabalho nos moldes capitalista. Neste aspecto, Weber não deixa dúvidas: “o cálculo exato – base de todos os demais – só é possível no plano do trabalho livre⁴” (WEBER, 1985, p. 8).

A problemática da organização capitalista e de sua dinâmica racional é também uma questão de aprendizado, daí a sua força social. Nela move-se de forma correlacionada, o agir produtivo e o agir educativo. Esse é um fato consciente e tipicamente capitalista de organizar a sociedade moderna. Para Weber, todo ato de trabalho é, ao mesmo tempo, um ato educativo⁵.

A modernidade impõe um fim aos atores sociais: “o mercado real”. Nas palavras de Weber: “a organização industrial racional orienta-se para o mercado real” (*ibidem*, p. 8).

Nessa orientação, as empresas assumem importância estratégica. Neste ponto, após tais considerações, Weber pergunta-se sobre as categorias que viabilizaram-na enquanto moderna organização racional. No seu entendimento, a separação jurídica dos bens da empresa dos do in-

⁴ Trabalho livre é a forma conceitual weberiana de dizer trabalho assalariado. É questionável admitir que este seja digno de ser considerado “livre” no âmbito do capitalismo.

⁵ Um ponto de vista sob muitos aspectos próximos ao de Gramsci (1981). Para este pensador, o trabalho é dotado de um princípio educativo capaz de desenvolver dois tipos de personalidades antagônicas: a subalterna e a autônoma.

divíduo, separação da economia doméstica da economia empresarial, associada, esta última, a contabilidade e a administração do trabalho racional, teriam sido os viabilizadores da consolidação da empresa racional e da sua institucionalidade e funcionalidade (WEBER, 1985).

Para Weber a organização moderna conseguiu efetivar sua racionalidade por meio da institucionalidade da empresa, do trabalho livre, das técnicas e das tecnologias de controle social e produtivo.

Por sua vez, a profundidade, velocidade e extensão da racionalidade capitalista é condicionada pela constituição dos mercados, em âmbito nacional e mundial, e da organização racional do processo produtivo. A base técnica ou tecnologias de produção e gestão atuam como elemento dinamizador desse processo reinventando racionalidades, formas de organização e novos nichos de mercado.

A empresa, a organização capitalística do trabalho, o mercado e a sua racionalidade são as principais categorias que deram origem à estrutura social de natureza tipicamente moderna.

Tal estrutura caracteriza uma hierarquia com critérios específicos de diferenciação social, interesses particulares e um sistema representativo desses interesses. Complexo de complexos sociais, o capital se estrutura na diferenciação jurídica entre público e privado, o que define possíveis formas e condições de participação no poder de decisão sobre o acesso a riquezas; impedindo também que os funcionários especializados, a tecnoburocracia, se apropriem de forma absoluta do poder de decisão, seja nas instituições públicas ou privadas. Isto significa que todo ator social, em regime democrático, possui um espaço de governabilidade, o exercício ou não desse governo é outra história (MATUS, 1993).

Consolida-se na sociedade moderna, com o sistema representativo, a figura do técnico e do político, moldando a funcionalidade da divisão capitalista do trabalho, um definido para atuar no âmbito da competência técnico-administrativa, e o outro no âmbito da legislação, regulamentação e dos grandes investimentos estatais. A fusão dessa figura em técnico-político caracterizaria, na definição gramsciana, o intelectual orgânico (GRAMSCI, 1981). Entretanto, essas instâncias não são estanques, observa-se uma tensão entre diversos sujeitos pelo controle das decisões e alocação dos recursos (CARDOSO, 1987 e LAFER, 1987). Esse conflito é

consequência, em termos mais amplos, do desdobramento das lutas entre as classes sociais (BENSAÏD, 1999, p. 143-176).

Weber, entretanto, não está preocupado com as formas de manifestação da organização racional, mas com a sua origem dentro da história da cultura, e de um ponto de vista estritamente econômico e ocidental.

Interessa-lhe constatar “as origens do sóbrio capitalismo burguês com sua organização racional do trabalho”, já que para ele a origem da classe burguesa ocidental e de suas peculiaridades é um problema que se relaciona com a origem da organização capitalista do trabalho (WEBER, 1985, p. 9).

Por sua vez, a origem do capitalismo, da classe burguesa e da organização do trabalho, está associada ao “desenvolvimento das possibilidades técnicas” (*ibidem*, p. 9). Weber afirma que “a racionalidade decorre de maneira direta da calculabilidade precisa de seus fatores técnicos” (*ibidem*, p. 9).

Uma vez identificadas na organização da sociedade, dentro da visão weberiana, as categorias virtuais da modernidade (a empresa, o trabalho livre, o mercado e sua racionalidade, e a organização capitalista do trabalho), não é difícil imaginar o que passaria a significar para a burguesia as técnicas e tecnologias de gestão e produção e o desenvolvimento destas a partir da racionalidade científica (BRAVERMAN, 1987).

[A partir de então], o desenvolvimento técnico e científico [passaria a receber] importantes impulsos dos interesses capitalistas ligados à sua aplicação prática na economia, a utilização técnica dos conhecimentos científicos, tão importantes para as condições de vida das nossas massas, foi certamente encorajada por considerações econômicas, que justamente se assentavam nela no Ocidente (WEBER, 1985, p. 10).

Na origem desse impulso de utilizar as técnicas e as tecnologias do conhecimento científico em termos racionais capitalísticos encontram-se as “estruturas racionais do direito e da administração [...], [portanto], o moderno capitalismo racional baseia-se não só nos meios técnicos de produção como num determinado sistema legal [direito calculável em bases patrimoniais] e numa administração orientada por regras formais”

(*ibidem*, p.10, grifos meus). Forças que “garantem” a necessária imparcialidade e impessoalidade da funcionalidade e normas capitalistas.

Na camuflagem simbólica dos sujeitos políticos (autores das políticas públicas), responsáveis pela distribuição do poder e das riquezas produzidas socialmente, o mercado econômico, mas também político, aparece como agente neutro nesta distribuição.

Foram, portanto, na perspectiva weberiana, as técnicas e as tecnologias de gestão e produção, baseadas na racionalidade científica, e presentes no sistema legal e na administração racional, os elementos motores que proporcionaram a emergência, no cenário da modernidade, da “empresa racional com capital fixo e baseado num cálculo seguro” (WEBER, 1985, p. 10).

Como Weber ressalta a importância do Direito e da Administração na constituição da organização racional moderna, cabe discutir, respeitando a continuidade das suas reflexões, os determinantes que os originaram.

Para Weber, foram os “interesses capitalistas [que] contribuíram para abrir caminho à predominância no direito e na administração de uma classe de juristas especialmente treinados na legislação racional, não sendo, entretanto, os únicos e sequer os principais. Forças inteiramente diversas também atuaram no seu desenvolvimento” (*ibidem*, p. 10, grifos meus).

Seguindo as trilhas de Weber, na busca de explicitar as forças históricas que motivaram a emergência desses interesses, percebe-se que sua argumentação aponta para a ação econômica capitalista, o que se afigura como uma tautologia, caso consideremos as conclusões que chega. Além disso, contribui muito pouco na explicação atribuir a predominância da classe de juristas, administradores, contadores ou economistas aos interesses capitalistas.

Dentre essas forças, Weber afirma ser “o racionalismo específico peculiar da cultura ocidental”, distintamente do da China e da Índia, um fator decisivo.

O racionalismo ocidental assume, na argumentação weberiana, uma força ubíqua na sociedade moderna. Como processo de racionalização, ele atinge a contemplação mística, a técnica, o trabalho científico, a educação, a guerra, o direito e a administração (WEBER, 1985, p. 10).

A dinâmica da racionalização ocidental, na medida em que se realiza pela mediação do direito racional, das normas administrativas, da

organização capitalística do trabalho e, principalmente, por meio da base técnica e tecnológica do processo de trabalho, permeia e condiciona a formação humana levada a termo pelo conjunto de instituições responsáveis pelo processo de socialização. Todas as instituições, mormente a família e a escola, buscam um lugar para os seus membros na sociedade, sendo condicionadas pela ideologia da profissionalização. É esse fenômeno societal que concede viga a irradiação da racionalidade econômica capitalista (FREIDSON, 1998).

Na sociedade moderna, de características culturais especificamente ocidentais, tanto a profissionalização como a especialização cumprem as exigências da racionalidade capitalística. A lógica fragmentária do processo de construção da realidade divide e subdivide os vários complexos sociais da vida ativa em detrimento de aumentar a produtividade, o controle e a dominação.

A racionalização moderna subordina-se, para Weber, à ação econômica; sua grande contribuição foi explicar o processo por meio do qual a racionalidade faz migrar da esfera econômica o conteúdo racionalizador, em sentido capitalístico, para a esfera da ciência, do direito, da administração e da contabilidade direcionando-as para a produtividade e estabelecendo um ciclo perpétuo entre a produção, a circulação e o consumo de tecnologias.

Em síntese, a criação do direito racional, das normas administrativas, a separação e distinção da propriedade individual da empresarial, os registros baseados no cálculo racional, a organização capitalística do trabalho, as técnicas produtivas, os critérios de diferenciação social, o sistema representativo, a distinção jurídica entre público e privado e o conceito de cidadão, foram as principais categorias responsáveis pela emergência e difusão da racionalidade capitalista, enquanto o desenvolvimento e expansão das técnicas científicas funcionaram como seu motor. O combustível desse motor é a máxima utilitarista: maximizar os ganhos, benefícios e lucros e minimizar os custos e desvantagens.

A essas categorias corresponde, dialeticamente, um comportamento subjetivo, calcado nos sentimentos humanos. Impõe-se então problematizar a conduta subjacente a esse processo de racionalização. A objetividade e a subjetividade são faces de um mesmo processo, que se apresenta de forma diferenciada em função da incompletude do ser his-

tórico do homem. Esse processo revela o esforço do ser humano satisfazer as carências vitais.

Weber, então, procura identificar as condutas humanas que coincidindo com as condições econômicas em um mesmo momento, criaram as combinações necessárias, objetivas e subjetivas, que possibilitaram a institucionalidade da organização racional capitalística nos moldes ocidentais.

O racionalismo econômico, embora dependa parcialmente da técnica e da tecnologia, da administração, da contabilidade e do direito racional é, ao mesmo tempo, determinado pela personalidade e disposição dos seres humanos (pela formação e pela vontade humana) em adotar certos tipos de conduta racional. “Onde elas foram obstruídas por obstáculos espirituais, [afirma Weber] o desenvolvimento de uma conduta econômica também tem encontrado uma série de resistência interna” (WEBER, 1985, p. 11).

Assim, não só a administração, o direito e a técnica racional, mas também a formação e a vontade, que condicionam o agir social, seriam os determinantes do processo de racionalização capitalístico e de sua funcionalidade específica. Weber sustenta estar presente nas práticas religiosas protestantes, principalmente no pietismo, essa vontade, que se torna, então, a sua principal preocupação compreender em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000, p. 135-183.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV–XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan S.A., 1987.
- CARDOSO, Fernando H - Aspectos políticos do planejamento. In: Betty M. Lafer (org.) *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, S.A. 1987.
- CASTORIADIS, C. *Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.
- CHACON, Vamireh. *Max Weber: a crise da ciência e da política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1988.
- COHEN, Ira. Teoria da estruturação e práxis social. In GIDDENS, A & J., TURNER (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 393-446.
- COUTINHO, C. N. *A dualidade de poderes: estado, revolução e democracia na teoria marxista*. 2. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- _____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2. ed. Rio de Janeiro:
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ELIAS, N. *O processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Volume 1- Uma história dos costumes, 1994 e Volume 2 – Formação do estado e civilização, 1993.

FEUERBACH, Ludwig. *Princípios da filosofia do futuro: e outros escritos*. Lisboa: Edições 70, 1988a.

FERREIRA, Jonatas. Técnica e liberdade. In: *Revista de cultura política Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, n. 51, 2000, p. 119-143.

FREIDSON, E. *O renascimento do profissionalismo*. São Paulo: EDUSP, 1998.

GERTH, H. H. & MILLS, C. Wright. (Org.). *Max Weber: Ensaios de Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988a.

_____. *A Concepção Dialética da História*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GRAMSCI, Antonio & BORDIGA, Amadeu. *Conselhos de Fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

HABERMAS, J. *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *Teoria y práxis: estudos de filosofia social*. 4. ed. Madrid: Tecnos, Reimpressão, 2002.

_____. *Racionalidade e Comunicação*. Lisboa: Edições 70, 2002.

_____. Excurso sobre o envelhecimento do paradigma da produção In: *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 109-119.

_____. *Técnica e ciência como "ideologia"*. Lisboa: Edições 70, 1997.

_____. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990a, p 11-46 e 111-162.

_____. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HELLER, Agnes. *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Presença, 1982.

HELMUT, Thielen. *Além da modernidade?: para a globalização de uma esperança conscientizada*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

- HILARY, W. *Uma resposta ao neoliberalismo: argumentos para uma nova esquerda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- HONNETH, Axel. Teoria crítica. In GIDDENS, A & J., TURNER (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 503-552.
- KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KOSÍK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- KRAYCHETE, Gabriel et al. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE e UCSAL, 2000.
- LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hanna Arendt*. São Paulo, Ed. Schwarc, 1988.
- LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo ensaio acerca do entendimento humano*. 2. ed. Trad. Anoar Alex e E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp. 33-344.
- MANGUENAUER, L. et al. *Os complexos industriais na economia brasileira*. Rio de Janeiro, UFRJ, UFRJ/IEI, dez 1984.
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- MACPHERSON, C.B. *A teoria política do individualismo possessivo: de hobbes até Locke*. Tradução Nelson Dantas. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra S.A., 1979.
- MATUS, Carlos. *Política, Planejamento & Governo*. Brasília: IPEA, 2v, 1993.
- MARX, Karl & ENGELS. *A ideologia Alemã I*. Lisboa: Presença e Livraria Martins Fontes, 1980.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Coleção Os Economistas, Vol. 1 e 2).
- _____. *A questão judaica*. Rio de Janeiro: Achiamé, sd.
- MÉSZÁROS, I. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

OFFE, C. *Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho"*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 13-111.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica a razão dualista*. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

_____. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

_____. *A economia da dependência imperfeita*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989.

_____. *Elegia para uma re(li)gião: sudene, nordeste. O planejamento e conflito de classes*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

ROUANET, S. P. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 11-36, 147-192 e 217-228.

_____. *Teoria Crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986, p. 257-318.

_____. Razão e paixão. In: Eduardo Novaes (coord.). *Os Sentidos da Paixão*. São Paulo: Editora Schawarcs, 1990, p. 437-467.

RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SCHAFF, A. *A sociedade informática: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial*. 4. ed. São Paulo: UNESP/Brasiliense, 1995.

SCHUMPETER, Joseph A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas).

SINGER, P. & SOUZA, A. R. (org.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural/ Nova Cultural, Volume II, 1983 e Volume I, 1985.

TOCQUEVILLE, Alexis. *O antigo regime e a revolução*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito Capitalista*. 4. ed. São Paulo. Livraria Pioneira Editora, 1985.

_____. Ciência e Política: a política como vocação e a ciência como vocação. In: GERTH, H. H. & MILLS, C. Wright. (Org.). *Max Weber: Ensaio de Sociologia*. 5. edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982, p. 97-183.

_____. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensivas*. Brasília/DF: Editora da UNB, 1999. Volume 2, p. 155-580.